



Folkcomunicação e Mídia Digital: a luta simbólica pela cidadania nos espaços de homocultura virtual¹

Guilherme Moreira Fernandes²

Resumo

Esse artigo discute o modo pelo qual a identidade homossexual aparece em *sites* e comunidades da Internet. Aponta-se a folkcomunicação e a comunicação comunitária como bases teóricas que sustentam que a produção simbólica das populações marginalizadas proporciona mecanismos de inserção e de cidadania. Deste modo, as novas tecnologias de comunicação – a rede mundial de computadores entre elas – configuram-se como espaço de disputa na produção de sentidos (e auto-sentidos) também sobre a questão da sexualidade.

Palavras-Chave:

Folkcomunicação; Mídia digital; Homocultura virtual.

Introdução

Em face ao mundo globalizado em que vivemos, a Comunicação tornou-se primordial para que os diversos grupos sociais conquistem seu espaço simbólico. Numa sociedade cada vez mais mediada pelos veículos de comunicação, a visibilidade de um grupo contribui para sua afirmação identitária. O teórico Luiz Beltrão afirma em 1967, que:

Comunicação é o problema fundamental da sociedade contemporânea – sociedade composta de uma imensa variedade de grupos, que vivem separados uns dos outros pela heterogeneidade de cultura, diferença de origens étnicas e pela própria distância social e espacial (BELTRÃO, 2004, p. 27).

¹ Trabalho apresentado ao GT “Práticas Sociais de Comunicação” do XII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sudeste.

² Graduando do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail gui_kid@yahoo.com.br. Orientado pelo professor Dr. Paulo Roberto Figueira Leal (Facom-UFJF).



Com a caracterização da sociedade de massa e o estabelecimento do império dos símbolos, que marcam o auge da competição individual e coletiva, a folkcomunicação se faz presente ao pôr em questão da cultura periférica no contexto da indústria e da cultura de massa.

A existência de culturas periféricas reflete, segundo Canclini³, a reprodução desigual da sociedade, uma vez que tal fato gera a apropriação desigual na produção e no consumo dos bens econômicos e culturais, proporciona o estabelecimento prático dessas culturas periféricas e é responsável pela interação conflitiva entre elas e as hegemônicas. Especialmente nas sociedades complexas, onde a heterogeneidade da oferta cultural garante a coexistência de vários estilos de compreensão e recepção, um mesmo indivíduo pode integrar-se a diversas culturas, e as mesclas culturais podem ocorrer de modo não- planejado, resultando de processos sociais não-previsíveis como migrações e intercâmbios.

A hibridização cultural, contudo, não se caracteriza pela simples mescla de estruturas e práticas sociais; sua compreensão resulta da análise do processo conflitivo, considerando as culturas periféricas dentro da massa cultural. Afinal, estas vivenciam as novas condições de existência tanto no que sofrem de opressão como no que contêm de demanda e aspirações de democratização social.

A Comunicação Comunitária vem como alternativa para a expressão de grupos por vezes marginalizados da sociedade, detentores da cultura periférica, e é a folkcomunicação uma das perspectivas teóricas responsáveis por promover o intercâmbio de informação entre a grande mídia e os canais alternativos que tornam a mídia cidadã. Lançado em 2006, o livro “Mídia Cidadã”, organizado pelos estudiosos José Marques de Melo, Maria Cristina Gobbi e Luciano Sathler, expõe quatro formas de expressão nos territórios midiáticos: a imprensa local, as rádios comunitárias, a folkcomunicação e a mídia digital.

Partindo-se do pressuposto de que a folkcomunicação faz-se presente nos

canais preservados pelos grupos socialmente marginalizados para expressar sua resistência à cultura das classes dominantes, realizando operações de decodificação das mensagens difundidas pelas redes comunitárias massivas (MELO, 2006, p. 30),

³ *Apud*: NASCIMENTO, Marina C. Mesquita do. “Folkcomunicação e hibridização cultural: interação de aportes para pensar as culturas populares”. *In: Comunicação & Sociedade*. São Bernardo do Campo: Pós-Com-Umesp, n°34, 2000.



Percebe-se que ela também está imersa na imprensa local, nas rádios comunitárias e na mídia digital. Logo, a forma através da qual os grupos marginalizados são representados na mídia digital, dadas suas características e potencialidades, constitui-se em debate fundamental sobre como é possível construir valores identitários que se oponham às visões hegemônicas.

A folkcomunicação como luta das minorias sociais

A folkcomunicação é uma teoria formulada por Luiz Beltrão em sua tese de doutorado, em 1967, acerca da “comunicação dos marginalizados”. Segundo o jornalista, trata-se do “processo de intercâmbio de informações e manifestações de opiniões, idéias e atitudes da massa” (BELTRÃO, 2004, p. 47). Assim, tal teoria busca “dar voz e vez” à luta das minorias sociais.

O teórico estabelece, ainda, a seguinte divisão nas audiências (receptores) do sistema folkcomunicacional: urbanos marginalizados, rurais marginalizados e os culturalmente marginalizados. Neste estudo, cabe a análise dos culturalmente marginalizados, os quais se caracterizam por “constituírem-se de indivíduos que contestam a cultura e a organização social estabelecida, adotando uma política ou filosofia contraposta à que está em vigência” (BELTRÃO, 1980, p. 40). É importante salientar que os grupos culturalmente marginalizados estão contidos dentro dos grupos marginalizados urbanos e rurais.

Para Beltrão, no grupo dos culturalmente marginalizados existem três tipos de subgrupos: o messiânico, o político-ativista e o erótico-pornográfico. Cada um deles possui uma especificidade no que se refere à audiência folk. Vê-se, por exemplo, que os indivíduos pertencentes às categorias do erótico-pornográfico enquadram-se por

não aceitarem a moral e os costumes que a comunidade adota como sadios, propondo-se a reformá-los em nome de uma liberdade que não conhece limites à satisfação dos desejos sexuais e práticas hedônicas consideradas perniciosas pela ética social em vigor (BELTRÃO, 1980, p. 104).

Não há como não ver, nas palavras de Beltrão, estereótipos valorativos que opõem discursivamente os conceitos de “costumes sadios” aos de “práticas hedônicas consideradas perniciosas”. A própria designação do subgrupo (“erótico-pornográfico”) acaba por associar a as lutas de minorias sexuais a um campo semântico



desqualificador. Mas o objetivo do presente trabalho não é discutir se há ou não preconceitos relacionados à proposta de Beltrão. Importa, aqui, discutir que o conceitual por ele desenvolvido pode, perfeitamente, servir à discussão de um grupo que quer afirmar-se simbolicamente contra um discurso hegemônico – e não há nenhuma dúvida de que a militância pelos direitos dos homossexuais encontram nas ferramentas de comunicação meios para empreender essa luta.

Identidade e cidadania: a luta pela aceitação

A professora Cicília Peruzzo (2003), ao falar sobre a comunicação para a cidadania, aponta que esta começa, antes de tudo, com o acesso democrático aos meios de comunicação; só assim, ela pode dar visibilidade e viabilizar uma outra imagem sua que não a feita pela maioria. A luta contra as práticas neoliberais e a inserção dos grupos sociais marginalizados na sociedade compõem um dos campos privilegiados de atuação dos grupos minoritários.

O processo de globalização promoveu a massificação, a homogeneização e a padronização cultural. Podemos ver o retrato de um mundo em que um grande contingente de pessoas transforma-se em robôs vivos, sendo, por vezes, escravos da indústria cultural. No entanto, alguns grupos, por possuírem características por vezes contrárias às normas sociais vigentes ou simplesmente por não adotarem o comportamento pré-estabelecido pelos *mass media*, buscam, através da comunicação, projetar-se no mundo e conquistar seus espaços. A esse grupo é dado o nome de minorias, que, afirmando sua própria identidade, imprimem suas marcas na realidade atual.

É comum que as minorias organizadas passem do discurso à ação política, reafirmando sua própria identidade e buscando seus direitos na sociedade democrática. Quando isso acontece, duas culturas entram em contato, e isso pode gerar conflitos entre os indivíduos pertencentes a elas. Esses conflitos têm origens na insegurança que as pessoas sentem diante de uma cultura que lhes é diferente. Aquelas que não conseguem integrar-se completamente em nenhuma dessas culturas que as rodeiam ficam à margem da sociedade e, por vezes, carecem de uma comunicação – conforme já apontava a teoria de Beltrão.

No artigo “Comunicação popular e Região no Brasil”, de 1976, Beltrão defende a idéia de que “por si só, a parcela marginalizada da população brasileira não tem



condições de emergir do submundo em que vegeta.” (BELTRÃO, 2004, p.61) Também o sociólogo francês Émile Durkheim (2004), ao expor a sociedade mecânica e a sociedade orgânica em “Da Divisão do Trabalho Social”, afirmava que a presença de coletividade na sociedade orgânica anula o individualismo e faz com que o ser humano sintasse-se mais forte, pois o coletivo (reunido em torno de uma comunidade) é maior que a simples soma das pessoas que compõem a sociedade.

Já Raquel Paiva (1998), no livro “O espírito comum”, verifica a dissolução da comunidade tradicional agregadora. Em meio ao excesso de informações, à hiper-realidade na atual segmentação de públicos promovida pela mídia e ao “encurtamento” das distâncias advindo do sistema de transportes aperfeiçoado e do desenvolvimento tecnológico.

Paiva também discute a idéia de que a comunidade hoje pode constituir de um grupo – ou gueto – fechado, isso acontece graças a presença das redes de informação.

“É certo que um veículo propicia a difusão de propósitos e pode funcionar como instrumento de pressão, mas parece cada vez mais distante a idéia de que pairam sobre a dispersa e abrangente estrutura societária pontos separados, distintos e plenos em suas formações identitárias” (PAIVA, 1998. p. 156),

Assim, com a comunicação comunitária e a conseqüente definição de territórios midiáticos pode-se potencializar uma alternativa de sociabilidade dos grupos minoritários.

Logo, no caso em questão, percebe-se que os sujeitos agregados por uma identidade homossexual - identidade marginalizada mas que busca sua publicização através de mecanismo sociais – estão travando a luta pela construção de sua cidadania e sua auto-afirmação através e todos os mecanismos de produção simbólica existentes. Entre eles, indiscutivelmente, está a mídia digital, cujas potencialidades e especificidades merecem análise a seguir.

Mídia Digital como o espaço das diferenças e da contemporânea constituição identitária

Indubitavelmente, estamos vivenciando um momento de revolução tecnológica e crescente participação de certos segmentos sociais no mundo digital (é verdade que ainda muito longe de incluir a maioria da população). Isso faz com que a mídia digital se destaque como veículo de expressão de posições as mais diferenciadas sobre



qualquer assunto. Diversos fatores contribuem para isso, como, por exemplo, o baixo custo da disponibilização de informação para quem já tem acesso à rede e a maior interatividade característica do veículo.

Inclusive, Pierre Lévy (1996), um dos maiores estudiosos do assunto, afirma que a virtualização proporcionou o modelo todos-todos, não sendo definidos emissores e receptores e fazendo com que haja uma troca cultural entre os usuários do veículo. Outro argumento de Lévy é a defesa da virtualização como saída do presente, pois a tecnologia oferece vários meios para essa “fuga”, como a projeção. Porém, a tecnologia não acaba com o contato físico, de modo que o autor elucubra que pode ser até uma forma de intensificação. Portanto, para ele, uma das vantagens da virtualização é o fato de se poder estar em vários lugares ao mesmo tempo.

Por isso, a Internet adapta-se ao nosso tempo pela velocidade e interatividade - o que facilita a divulgação de idéias e a própria capacidade de agregação daqueles que têm afinidades eletivas. Mas o aspecto que torna a rede mais democrática ou cidadã é seu caráter dialógico. A Internet, então, proporciona a liberdade identitária, visto que estabelecer uma identidade implica perceber-se e sentir-se integrado – na rede, não mais há impedimentos geográficos para que isso se manifeste a partir de auto-avaliações meramente simbólicas.

Partindo desse conceito, percebe-se que os homossexuais lutam, em plena contemporaneidade, para serem aceitos na sociedade sem taxações de desvio de caráter ou de quaisquer outros preconceitos. Dado que uma parcela dessa comunidade não se sente à vontade para explicitar no cotidiano o enfrentamento da estrutura social vigente, há aqueles que escolheram a rede como campo de batalha - e passam a expressar-se preferencialmente através da mídia digital.

Constata-se, portanto, que no ciberespaço os indivíduos podem unir-se e formar uma coletividade capaz até de promover manifestações e ações dentro e fora da rede. Não é diferente com a comunidade homossexual, porque, de acordo com o sociólogo Wagner Alonge (2006),

esses sujeitos concretizam virtualmente uma sociabilidade de espaços da construção de si e da vinculação com o nós (comunidade), sendo assim espaços de auto-afirmação da identidade gay, ou seja, sendo esse universo gay uma resposta da política de identidades, advinda de movimentos sociais do final da década de 60, essa identidade é marca de uma geração em que uma homocultura não só se vê cada vez mais midiática bem como cada vez mais visível para longe de guetos e subculturas, que



buscam romper a clandestinidade através da apropriação das redes digitais. (ALONGE, 2006, p. 01)

Em face às comunidades no âmbito da virtualidade, percebe-se que é este o espaço adequado para a socialização dos problemas, bem como para o compartilhamento dos mesmos dramas enfrentados pelos homossexuais.

Confirma-se, aliás, a tese de Marshall McLuhan (1969), de que os veículos de comunicação são uma extensão do homem, funcionando como uma “prótese técnica”. De acordo com o paradigma midiológico da comunicação, vê-se que o meio é tão importante quanto a mensagem que está sendo transmitida. Acerca disso, Alonge expõe que:

Fica nítido o processo no qual sujeitos autodenominados homossexuais se utilizam desse recurso para estabelecer uma (homo)sociabilidade sobretudo no processo de diálogo e desabafos nos diários ocorrendo a gestão de uma identidade que passa a ser dizível nesse processo de encontro com outros sujeitos cúmplices em sentimentos, desejos e anseios.”(ALONGE, 2006, p.07).

Portanto, o presente trabalho pretende, a partir de uma análise de *sites* e comunidades virtuais que tratem da questão da homossexualidade, discutir quais são os campos semânticos (e, portanto, as construções simbólicas) que emergem nessa construção de identidade. Não se pretende aqui sugerir que estes *sites* e comunidades sejam, necessariamente, os mais representativos existentes – tenta-se, apenas, a partir da análise de alguns casos, indicar padrões que dêem conta de algumas das principais opções discursivas relativas ao debate.

***Sites* – arenas da disputa simbólica em torno do significado da identidade homossexual**

Um dos *sites* analisados é o Mix Brasil, o maior portal GLS do país, hospedado pelo provedor UOL e conta com *blogs*, central de notícias, festivais, vendas de produtos eróticos e vídeos. No entanto, a seção que mais chama a atenção é a “Identidade” – local em que é debatida a presença da homossexualidade na mídia, além de dados curiosos como um glossário de termos e expressões do mundo gay.

O *site* abriga mais de dez *blogs* que são escritos por usuários. Nesses *blogs*, a questão da busca da cidadania é posta em voga nos mais diversos relatos postados



diariamente. Fica evidente que a interação possibilitada pela Internet cumpre aqui um relevante papel de consolidação da identidade (que passa, necessariamente, pelos processos de projeção e de identificação) – isso se obtém no momento em que o internauta vê em outro internauta sua própria pessoa e percebe que ele passa pelos mesmos problemas. Assim, através dos fóruns (espaço para comentários após o texto do *blog*), desenvolve-se um diálogo em que um vai ajudando o outro a se auto-afirmar e se sentir como membro da comunidade.

Nos *blogs*, encontram-se todos os tipos de assunto. A linguagem utilizada nos *blogs* também varia de acordo com o autor: há autores mais formais, que utilizam um vocabulário mais culto; em contrapartida, há aqueles que apelam para expressões corriqueiras, que em outro lugar poderiam dar um tom de preconceito, como “bicha velha”, “viadinho”, “dar uma trepada”, entre outros. Nesta comunidade, no entanto, o uso dessas expressões cumpre um papel de dar comicidade e coloquialidade aos relatos e, indiretamente, lembrar que os valores dominantes costumam basear-se na depreciação do homossexual.

O *site* também tem seções feitas por psicólogos que visam a ajudar o convívio real, visto que o virtual não satisfaz todas as necessidades do indivíduo diante da necessidade de um contato primário posterior. Outra coluna presente no *site* é a dos direitos dos homossexuais, condenando a homofobia e os diversos tipos de discriminação.

Realmente, é numa comunidade virtual que grupos gays exercem sua cidadania. Como termo legal, cidadania é mais uma identificação do que uma ação; como termo político, significa compromisso ativo, responsabilidade, ou seja, fazer a diferença na sua comunidade, na sua sociedade, no seu país. De acordo com o jornalista Gilberto Dimenstein (2005), “cidadania é o direito de ter uma idéia e poder expressá-la” (p. 20). É nesse ponto que a comunicação é a responsável por dar cidadania aos grupos marginalizados.

Outro *site* aqui analisado, o Portal Gay de Minas é dividido em várias seções que primam por dar informações diversas, falar sobre o direito dos homossexuais, além de dados históricos. Afirma-se no *site*, por exemplo, que a condenação aos gays começou na Idade Média por intermédio, sobretudo, da Igreja Católica. O portal também tem a seção do Fale Conosco, destinado a tirar dúvidas dos homossexuais que necessitam, de alguma forma, da ajuda do Movimento Gay de Minas (MGM).



Uma das principais preocupações da ONG mineira é fazer com que os indivíduos saiam do ambiente virtual e se projetem para o real. Para isso, o *site* tem a seção “Encontre-se”, onde são expostas quatro reuniões promovidas pelo movimento toda semana. Nas terças-feiras, a reunião é com jovens de 14 a 24 anos; nas quintas, são os adultos a partir de 18 anos; já nas sextas-feiras há um rodízio entre encontros de lésbicas e de negros homossexuais. Após as reuniões, o salão vira pista de dança para os presentes.

É interessante observar a linguagem utilizada nos *sites*. Lá, percebe-se que a palavra “homossexual” nunca é utilizada como adjetivo, mas, sim, como substantivo. Também são comuns palavras como “homoafetividade” e “homoerotismo” como sinônimo de homossexualidade, caracterizando, assim, um campo semântico próprio, livre das cargas de preconceito típicas da visão dominante.

Como tentativa de reforçar a identidade e a construção simbólica, o *design* gráfico dos *sites* gays é, geralmente, composto a partir das cores do arco-íris e de símbolos representativos da homossexualidade.

Porém, Jorge Luiz da Silva Júnior, coordenador de comunicação do MGM, adverte que, no jornalismo, “essas palavras não devem ser utilizadas pelo fato de exigirem dos leitores um conhecimento prévio”⁴. Outra questão levantada por Jorge é a abolição do termo homossexualismo, pelo fato do sufixo –ismo designar doença; além disso, o jornalista explica que a utilização das palavras lésbica e travesti devem ser empregadas somente no feminino, de modo que jamais devem-se formar expressões como “cinema lésbico” – e, sim, “cinema para lésbicas”.

Oswaldo Braga, diretor do MGM, analisa que a construção da identidade gay começou através de guetos e que “na comunicação virtual, a interatividade veio junto com o direito de expressão que contribuem para a formação da nossa identidade que outrora era formada através de guetos”⁵. Todavia, Braga critica aqueles que só usam o virtual para exercer sua cidadania homossexual e não “saem do armário”. Ele diz que, apesar de a Internet ajudar na construção de uma identidade, “a rede limita um pouco o acesso e deixa as pessoas ‘no armário’ por mais tempo. A Internet não vai resolver questões como a homofobia; para isso, precisamos de militantes – daí a importância das pessoas mostrarem sua cara”.

⁴ Entrevista realizada no dia 16 de maio de 2007, pelo autor, na sede do MGM em Juiz de Fora-MG.

⁵ Entrevista realizada no dia 16 de maio de 2007, pelo autor, na sede do MGM em Juiz de Fora-MG.



Mas este é um debate relevante: será a constituição de comunidades virtuais (que atuam no mundo simbólico, que por sua vez influencia o mundo real) um espaço menor de participação? Ou, ao contrário, ele é tão relevante quanto os demais espaços no sentido de disputar os significados sociais sobre a homossexualidade? Para analisar que sentidos são esses, efetuaremos a seguir uma análise de duas comunidades do Orkut sobre o tema.

Comunidades virtuais e construção dos sentidos

Ultimamente, o que tem chamado a atenção no espaço virtual são *sites* de relacionamentos como o Disponível.com e o Orkut.com. O Disponível.com caracteriza-se por conter um cadastro em que é possível informar as características pessoais e as da pessoa com quem se deseja relacionar. A partir desse momento, são enviados por e-mail os perfis que mais combinam com o que foi solicitado.

Já o Orkut funciona com a filiação de pessoas que se reúnem em comunidades virtuais. Através dos fóruns de cada comunidade, é realizado um debate em que cada membro pode emitir sua opinião; assim, laços de amizade podem ser construídos ou solidificados.

A comunidade do Orkut “Homofobia já era”, por exemplo, é a maior contra a homofobia dessa rede de relacionamentos. Com 46.043 membros, a comunidade é bem movimentada. A maioria dos tópicos diz respeito a denúncias de homofobia, seja no âmbito do Orkut ou na sociedade.

Numa consulta à comunidade em 20 de março de 2007, dois tópicos chamavam a atenção, pois debatiam a homofobia de forma implícita. Um diz respeito à proibição, por parte da Igreja Católica, de um show de Elton John, por ele ser homossexual. Seus usuários discutem o fato de a orientação sexual do artista interferir no trabalho dele. Muitos internautas observavam que a Igreja, que prega o amor ao próximo e o respeito, deveria, antes de tudo, saber separar uma coisa da outra; afinal, o trabalho de um artista, e de qualquer pessoa, independe de sua orientação sexual. Assim, o preconceito da Igreja é posto em voga, e a discriminação que comete é fortemente recusada.

Outro tópico diz respeito ao projeto de lei do “Dia do orgulho heterossexual”, segundo qual dever-se-ia comemorar o “bom costume dos cristãos” e irradiar, mais uma vez, o preconceito para com o outro, o diferente. O projeto de lei constitui-se, pois, na valorização de uma cultura em detrimento de outra, como forma de contestar a luta das



minorias pelos seus direitos civis. Verifica-se que há uma significativa parcela de heterossexuais nessa comunidade, visto que não é preciso apresentar-se como gay ou simpatizante da causa para participar.

Já a comunidade “Homofobia e racismo nunca!”, consultada em 20 de março de 2007, contém um tópico com direcionamento para outra comunidade: a “Evangélicos no orkut”, na qual há um tópico denominado “Filho homossexual”. Everton, autor do tópico, expõe que “isso pode acontecer com qualquer um e, de acordo com a Bíblia, o homem nasceu para a mulher e vice-versa, contudo um pai deve sempre amar o seu filho”.

A discussão estende-se e esbarra em vários pré-conceitos – conceitos não muito bem definidos –, como o de Kiko e Geiza, que afirmam que a homossexualidade “não é uma doença; é um espírito maligno que se alojou no corpo da pessoa”. Há até um depoimento de um diácono, chamado Emanuel (da Igreja “Assembléia do Reino de Deus”), que, ao avaliar o posicionamento dos debatedores Humberto e Marcelo, defensores dos direitos dos homossexuais, afirma que eles estão “possuídos pelo satanás” e suas missões seriam a promoção da “discórdia entre os fiéis e por em dúvida a palavra de Deus”.

Já Schionato defende que “é doença sim, porém Jesus é o médico dos médicos”. Ele ainda argumenta que há um desvio de personalidade que pode ser curado com uma reposição hormonal e com uma Igreja especializada em curar homossexuais. Inclusive, há Igrejas sendo processadas por ONGs que querem erradicar a homofobia, por distribuírem panfletos que dizem “curar” gays.

Outros afirmam que a “alma está condenada ao inferno” e que “é preciso de meios para trazer de volta ao Reino de Deus”. A discussão é acalorada, e vários valores cristãos como “amar o próximo como a ti mesmo” são postos em cheque. Inclusive, o usuário Humberto chama a atenção para o “cristianismo meia boca” que eles estão praticando. Ele justifica, ainda, com base em Sigmund Freud, que não há qualquer desvio de caráter e que os psicólogos não podem “curar” homossexuais, mas, sim, fazê-los entender seus sentimentos.

Vê-se, pois, que há a defesa de um preconceito com base em um “falso moralismo religioso” e que esses espaços revelam, através dos discursos e projeções simbólicas ali presentes, o quanto ainda está distante a busca pela cidadania e a construção identitária da homossexualidade – sobretudo quando quem fala é permeado pela visão dominante e constitui-se a partir da negação do “outro”.



Ou seja, fica patente, partir das comunidades analisadas, que os valores – hegemônicos ou contra-hegemônicos – disputam corações e mentes a partir de valorizações ou ênfases discursivas muito diferenciadas. Este terreno, ao contrário de ser periférico, é central para a possibilidade (ou a falta dela) de uma auto-percepção identitária homossexual que se afirme como legítima.

Conclusão

No mundo globalizado fica cada vez mais difícil estudar comunicação sem levar em conta o aspecto cultural. Nesse novo espaço se reconhece a importância dos ativistas midiáticos dos sistemas folkcomunicacionais que atuam nos movimentos participativos da cidadania. Eles são agentes comunicacionais vinculados aos movimentos culturais que utilizam estratégias, que legitimam a sua participação como cidadãos e cidadãs conscientes do seu papel nas organizações da sociedade civil.

Nesse âmbito surge a mídia digital, que vai constituir-se em um importante espaço para explanações de idéias e atitudes dos portadores da cultura periférica. A folkcomunicação também vai utilizá-la como um território para promover o intercâmbio entre a grande mídia e a sociedade de massa.

A Internet figura não apenas como um espaço para a divulgação e para a inserção de homossexuais (que sentem dificuldades de expor seus pensamentos e suas dúvidas na sociedade que os rodeia), mas sobretudo como trincheira ideológica na qual se combate discursivamente o preconceito. Fica bem claro, então, que o espaço de homossociabilidade concretizado na Internet cristaliza sim a auto-construção e auto-afirmação de identidades, permitindo a seus membros que comunguem uma rede de simbolismos comuns dentro da constituição do sentimento de pertencimento à comunidade.

Há muito o que se fazer para tentar vencer a homofobia em várias instâncias. Mas, se os valores heterossexistas e patriarcais não fossem tão afirmados, poder-se-ia pensar que a visão da sociedade seria diferente. Com isso, gays, mulheres, negros e outras minorias poderiam ter seu espaço na sociedade sem que, para isso, precisassem cavar trincheiras ou estabelecer uma militância aguerrida pela auto-afirmação. Infelizmente, como esse mundo ainda não existe plenamente, a Internet – como tantos outros espaços de atuação - vem sendo e continuará sendo visto como um terreno de batalha ideológica pela legitimação simbólica da diferença.



Referências:

ALONGE, Wagner. “A rede e o ser: auto-affirmação identitária nos espaços de homocultura virtual”. Artigo apresentado no IX Folkcom. *In*: MARTINS, Isildinha e GOBBI, Maria Cristina. (org.) **Anais do UNESCOM**. Documento eletrônico. São Bernardo do Campo: UMESP, 2006.

BARBALHO, Alexandre. “Cidadania, minorias e mídia”. Artigo apresentado no XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom na Universidade Federal da Bahia, 2002. Disponível em http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/18949/1/2002_NP13BARBALHO.pdf.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados**. São Paulo: Cortez, 1980.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: teoria e metodologia**. São Bernardo do Campo: UMESP, 2004.

CÔNSULO, Adriana Januário e SANTIAGO, Samuel. “A formação da cidadania na era digital”. Artigo apresentado no IX Folkcom. *In*: MARTINS, Isildinha e GOBBI, Maria Cristina. (org.) **Anais do UNESCOM**. Documento eletrônico. São Bernardo do Campo: UMESP, 2006

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Ática, 2004.

DURKEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LÉVY, Pierre. **O que é virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

McLUHAN, H. Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1969.

MELO, José Marques de, GOBBI, Maria Cristina e SATHLER, Luciano (org.) **Mídia Cidadã: utopia brasileira**. São Bernardo do Campo: UMESP, 2006.

NASCIMENTO, Marina C. Mesquita do. “Folkcomunicação e hibridização cultural: interação de aportes para pensar as culturas populares”. *In*: **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: Pós-Com-Umesp, n°34, 2000.

OLIVEIRA, Pérsio Santos de. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Ática, 2001.

PAIVA, Raquel. **O Espírito Comum: comunicação, mídia e globalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PERUZZO, Cicília e ALMEIDA, Fernando. **Comunicação para a cidadania**. Salvador: UNEB/São Paulo, Intercom, 2003.

POLISTCHUK, Ilana e TRINTA, Aluizio Ramos. **Teorias da Comunicação: o pensamento e prática da Comunicação Social**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SCHMIDT, Cristina (org.). **Folkcomunicação na arena global: avanços teóricos e metodológicos**. São Paulo: Ductor, 2006.



TRINTA, Aluizio Ramos. “Identidade e(m) Comunicação”. Artigo apresentado no 4º Encontro Regional de Comunicação. *In*: MENDES, Marise P. e NEVES, Teresa C. da Costa (org.). **Anais do 4º Encontro Regional de Comunicação**. Documento eletrônico. Juiz de Fora: UFJF, 2006.

Sites analisados

<http://www.disponivel.com>, acessado em 14 de março de 2007.

<http://www.mgm.org.br>, acessado em 12 de março de 2007.

<http://www.mixbrasil.com.br>, acessado em 12 de março de 2007.

<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=65754>, acessado em 20 de março de 2007.

<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=106143>, acessado em 20 de março de 2007.

<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=7958907>, acessado em 20 de março de 2007.